



Intelligent Sensing Anywhere

RELATÓRIO DE GESTÃO

2010



www.isasensing.com



ÍNDICE

- 01 - Introdução
- 02 - Enquadramento Macroeconómico
- 03 - Evolução da Actividade da Empresa em 2010
- 04 - Análise Económico-Financeira
- 05 - Factos Relevantes Após Termo do Exercício
- 06 - Evolução Previsível da Actividade
- 07 - Alienação e Aquisição de Acções Próprias
- 08 - Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social
- 09 - Proposta de Aplicação de Resultados
- 10 - Anexos:
 - Balanço;
 - Demonstração de Resultados;
 - Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio;
 - Demonstração de Fluxos de Caixa;
 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.



1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais cumpre-nos apresentar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativos ao exercício de 2010. Através do presente relatório de gestão pretende a Administração da empresa dar conhecimento aos Accionistas e demais entidades com as quais se relacionam alguns dos aspectos que considera relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A. no exercício de 2010.

O ano 2010 ficou marcado, nomeadamente, por:

- ✓ Crescimento de 4% dos Proveitos Operacionais para o valor de 5.024.270,62€;
- ✓ Valor Acrescentado Bruto de 2.406.328€, tendo crescido 24% face a 2009;
- ✓ EBITDA comparado de 986.064€, o que representa um aumento de 39% face a 2009;
- ✓ Resultado Líquido de 48.781,78€, crescendo 45% face ao ano anterior;
- ✓ Reforço da estrutura interna, o que se revela no aumento de 6% nos custos de pessoal;
- ✓ Aumento da margem bruta de 68% para 77%;
- ✓ Incremento do volume de negócios no sector da Energia, com a realização de vários projectos de referência.

Tendo em conta a envolvente económico-financeira adversa vivida em 2010, estes resultados são bastante positivos e reveladores do acerto da orientação estratégica definida no início do mandato: a subida na cadeia de valor, posicionando-nos de forma diferenciada face à concorrência, sendo a oferta Smart Logistics um exemplo desse posicionamento, e, num segundo eixo, a penetração no mercado de massas, alargando a oferta da ISA também ao consumidor final, seja ele doméstico ou empresarial, com soluções de eficiência energética e de monitorização da saúde e bem-estar.

Para encetar com sucesso este reposicionamento no mercado, o qual exige simultaneamente um forte aumento do foco nos clientes e dos níveis de exigência, rigor e cumprimento, foi desenvolvido ao longo do ano 2010 um projecto de

reestruturação interna denominado Projecto Da Vinci, no âmbito do qual foram criadas 3 unidades de negócio verticais (ISA Telemetry - focada no mercado do Oil & Gas; ISA Energy - focada no mercado da Energia e Utilities; e ISA Intellicare - focada no mercado da Saúde e Bem Estar) e 3 unidades de suporte horizontais (ISA Tech - responsável pelo desenvolvimento de produtos e tecnologias; ISA Pro - responsável pelos serviços profissionais de produção, instalação e engenharia; e ISA Holding - responsável pelos serviços partilhados de apoio à actividade). Foram igualmente implementados um conjunto de processos e ferramentas estruturantes que vieram regular o funcionamento, comunicação e articulação entre as várias áreas e que suportarão o crescimento esperado para os próximos anos (fóruns regulares intra e inter-departamentais, como o M9M, o Business Council, as Sales Review Meetings, as Team Leaders Meetings, o processo de Gestão de Projectos, os Roadmaps, as ferramentas de CRM, de controlo de gestão, entre outros), bem como foi ministrada a necessária formação de todos os colaboradores e o reforço da estrutura com competências que se encontravam em falta.

É nossa forte convicção que a ISA tem sabido aproveitar a crise especialmente no sentido em que esta tem servido para que, como equipa, saibamos hoje bastante melhor aquilo que verdadeiramente importa: acrescentar valor nos nossos clientes e inspirar-lhes a confiança necessária para que não possam passar sem nós. Este é o conceito de Inovação que realmente queremos adoptar: criar novo valor acrescentado para os nossos clientes e colocá-lo no mercado gerando lucro sustentável para a empresa.

Em termos dos mercados internacionais onde a ISA tem actuado, o contexto de crise iniciado em 2008 evidenciou sinais de melhoria traduzidos num significativo aumento do pipeline comercial o qual deixa antever um ano de 2011 mais próspero.

A situação patrimonial da empresa, apesar dos fortes investimentos efectuados, mantém um perfil sólido, com a utilização de capitais alheios de várias naturezas de forma equilibrada.

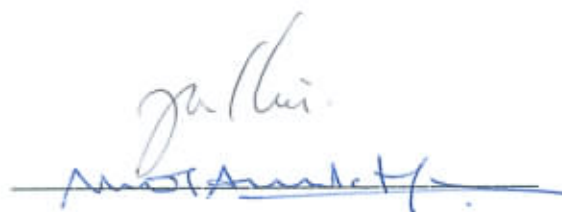
O ano 2011 perspectiva-se de grandes desafios, quer pelo esperado crescimento das novas áreas de negócio, quer pela consolidação da estrutura organizativa interna para a elas fazer face. Os investimentos em curso e a extraordinária dimensão e dinâmica destes novos mercados correspondentes à utilização das Tecnologias de

Informação e Comunicação nos sectores da Energia e da Saúde são uma fortíssima motivação para prosseguirmos, sempre numa sistemática procura de uma maior criação de valor para os nossos clientes.

Uma especial nota de agradecimento aos nossos Colaboradores que, de forma empenhada, têm contribuído para o crescimento sustentado da empresa, e também aos Accionistas, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais entidades que, ao acreditarem no nosso valor intrínseco, se mantêm pilares fundamentais do nosso desenvolvimento .

Coimbra, 10 de Março de 2011

O Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Carlos Sena', is written over a horizontal line.

(António Carlos Sena São Miguel Bento)

(Jorge Afonso Cardoso Landeck)

(José Basílio Portas Salgado Simões)

(Luís Miguel Almeida Henriques)

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2009 a economia mundial foi confrontada com uma crise económica à escala global, que teve início em 2008 nas economias mais avançadas, associada a uma crise dos mercados financeiros internacionais e no sector da construção e imobiliário que, rapidamente, se generalizou aos outros sectores da economia e à generalidade das economias emergentes e menos avançadas. Após uma forte recuperação da produção industrial mundial e das trocas comerciais durante o 1.º semestre de 2010 - impulsionada, em parte, pelo impacto das medidas de política orçamental, monetária e da reforma do sistema financeiro internacional - assistiu-se a um abrandamento destes indicadores ao longo do 2.º semestre desse ano, o qual foi mais acentuado para as economias emergentes.

O PIB dos países da OCDE aumentou 2,7% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2010 (3,2%, no 2º e 3º trimestres de 2010), apesar de um abrandamento pronunciado do Japão e do Reino Unido, este último relacionado com as condições meteorológicas adversas que afectaram os sectores da construção e dos serviços. De acordo com os dados do FMI, o crescimento real do PIB em 2010 nas economias avançadas foi de 3%, após a quebra de 3,4% verificada no ano anterior. Também as economias emergentes acentuaram o seu crescimento económico em 4,5%.

Em Portugal, depois da quebra no crescimento económico verificada em 2009 (-2,5%), embora menos acentuada do que na média da área do euro, o ano de 2010 caracterizou-se pela recuperação da actividade económica, tendo o PIB registado um crescimento real de 1,4%. Para este comportamento concorreu o crescimento da procura interna, com um contributo de 0,9%, influenciado pelo crescimento das despesas de consumo final das famílias e pela redução menos acentuada do investimento (-5,6% em 2010 face a -14% no ano precedente). O consumo público registou um crescimento de 3,2%, associado à importação de material militar e, portanto, sem impacto no PIB. A recuperação dos fluxos de comércio internacional, em 2010, reflectiu o crescimento da procura global, tendo-se assistido a um crescimento real das exportações de 8,7% e das importações de 5,3% que se traduziu num contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB em 0,5%.

Para a evolução do consumo privado verificada em 2010 contribuiu o crescimento real de 10,4% das aquisições de bens duradouros. O aumento da taxa normal do IVA (Julho de 2010 e Janeiro de 2011) e o anúncio do fim dos incentivos fiscais ao abate de veículos em fim de vida terão conduzido ao aumento da aquisição deste tipo de bens. Do lado da oferta, a recuperação da indústria transformadora iniciou-se no 2.º trimestre de 2009, contudo, inverteu esta tendência a partir do 3.º trimestre de 2010, tendo terminado o ano de 2010 com o índice de produção a registar uma quebra homóloga menor do que a verificada no ano anterior. A produção do sector da construção continua em forte desaceleração, tendo terminado o ano de 2010 com uma quebra de 8,5%. Foi do lado dos serviços que se verificou a maior recuperação em termos anuais, tendo o índice de volume de negócios terminado o ano de 2010 com crescimento homólogo de 2,5% depois da quebra de 11,8% verificada no ano anterior (com crescimento mais acentuado no primeiro semestre de 2010).

Apesar da melhoria na evolução do emprego total, o crescimento económico verificado não se traduziu numa criação líquida de emprego, verificando-se uma quebra de 1,5% do emprego total. A taxa de desemprego fixou-se nos 10,8% em 2010, com o ritmo de crescimento do desemprego a abrandar.

O ano de 2010 foi, ainda, marcado por um aumento do nível de preços de 1,4%, invertendo a evolução ocorrida em 2009 onde se registou uma diminuição de 0,8%.

No actual contexto de incerteza, as taxas de juro no mercado interbancário têm vindo a subir, também influenciadas pela perspectiva de aumentos da taxa de referência do BCE, devido às pressões inflacionistas. O desempenho dos mercados bolsistas norte-americanos tem vindo a acompanhar a tendência na União Europeia, embora esta não tenha sido tão positiva como a verificada nos EUA.

3 EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA EM 2010

O ano de 2010 caracterizou-se pela definição e operacionalização de um conjunto de medidas estruturantes com vista à melhoria do desempenho económico e financeiro da ISA.

Esta dinâmica teve especial incidência na redefinição do modelo organizacional, na identificação dos colaboradores chave para a colocação em prática do modelo definido, da implementação de novas metodologias de gestão, da própria redefinição da estrutura de controlo de gestão e "reporting" aos mais diversos níveis.

Não obstante, todas as medidas iniciadas em 2010 são ainda um primeiro passo para alcançar o objectivo de ter a estrutura ISA perfeitamente preparada para dar cumprimento à sua Visão: "Queremos levar os nossos sistemas de telemetria a todos os cantos do mundo, a cada casa, cada carro, cada pessoa, cada ambiente. Queremos medir a qualidade do ar que respira e da água que bebe, o seu consumo de energia, a sua saúde e o estado e localização de todos os seus bens... e depois processar de forma inteligente os seus dados, construindo assim um mundo melhor."

Destacam-se os seguintes aspectos relevantes:

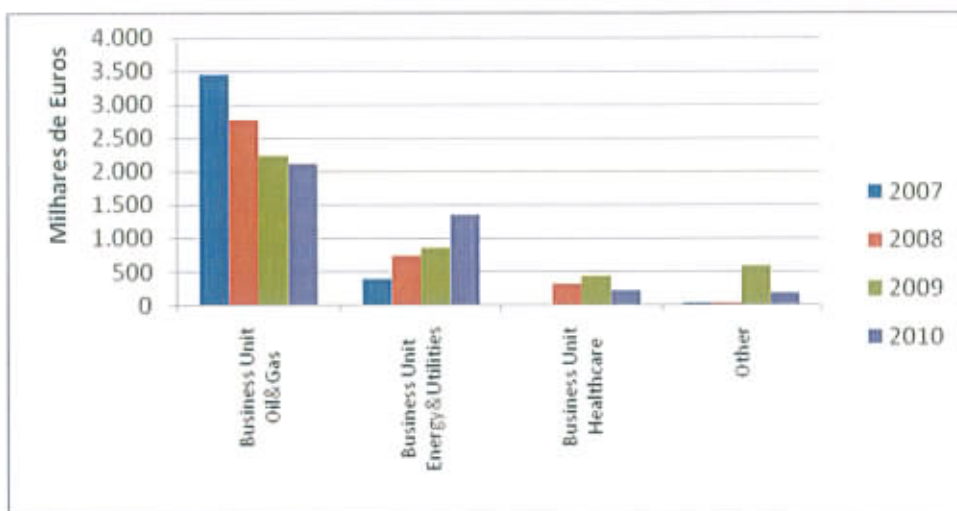
- Implementação do processo de reestruturação interna (Projecto Da Vinci);
- Aumento de 4% dos Proveitos Operacionais, traduzindo o crescimento dos projectos de I&D financiados, já que o Volume de Negócios diminuiu 4%, valor que se considera aceitável dado o cenário de conjuntura económica internacional e nacional desfavorável;
- Aumento de 57% da facturação na unidade de negócio Energy & Utilities, revelando a correcção da aposta estratégica neste segmento de mercado;
- Aumento da margem bruta de comercialização em cerca de 11% face a 2009 em consequência da estratégia adoptada de subida na cadeia de valor e também como resultado da melhoria no processo de compras;
- Em virtude da utilização disciplinada de ferramentas de controlo de gestão e tesouraria, e da implementação de rigorosas medidas a nível económico e

J
MH.

financeiro, destaca-se o efectivo cumprimento dos orçamentos de custos e de tesouraria definidos no início do ano de 2010;

- Redução em 24% dos custos financeiros, não obstante o programado aumento do passivo bancário. Este aumento surge da decisão de dotar a empresa dos meios financeiros que lhe permitissem uma actuação rápida caso fosse confrontada com determinado investimento.

Volume de Negócios por Segmento de Mercado



Importa ainda destacar a nível organizacional:

- Reforço das competências da equipa através da colocação em prática de um ambicioso plano de formação, o qual nasce de uma rigorosa análise de necessidades internas, sustentadas no sistema de avaliação de desempenho;
- Implementação de um conjunto de processos e ferramentas estruturantes que vieram regular o funcionamento, comunicação e articulação entre as várias áreas e que suportarão o crescimento esperado para os próximos anos (fóruns regulares intra e inter-departamentais, como a M9M (Monday 9AM Meeting), o Business Council, as Sales Review Meetings, as Team Leaders Meetings, o Processo de Gestão de Projectos, os Roadmaps, as Ferramenta de CRM, de Controlo de Gestão, entre outros);
- Conquista da certificação IECEX, um certificado com abrangência mundial, para o nosso iLogger V2C;
- Sucesso na exigente e abrangente auditoria encetada pelo cliente BP Global aos sistemas e procedimentos internos;
- Aumento do "data warehouse" da ISA com melhorias de infra-estrutura;

A nível comercial importa realçar os seguintes projectos e conquistas:

- Entrada em novos mercados: a ISA começou a explorar, quer através de projectos, pilotos ou parcerias, os seguintes países: Argentina, Peru, Chile, Canadá, Colômbia, Uruguai, África do Sul, Nigéria, Quênia, Suécia, Dinamarca, Áustria, Israel e Austrália;
- Primeiro contrato com a Sanasa (Brasil), após a experiência de pilotos de telemetria em contadores de água;
- Adjudicação do projecto Smart Logistics pela Galp, representando a subida na cadeia de valor neste cliente;
- Início do projecto de Eficiência Energética Doméstica SmartGalp, para a qual ISA fornecerá a sua solução iMeterKit;
- Selecção de ISA pela EDP como fornecedora de soluções de Home Area Network para o Projecto-piloto InovCity de Évora;
- Conclusão com sucesso do maior projecto de monitorização de consumos de água em Portugal para a EPAL, posicionando a ISA como líder nesta área de mercado, sendo já a empresa com mais equipamentos instalados no mercado Português;
- Conquista do maior projecto de telegestão até hoje desenvolvido pela ISA, para a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova;
- Adjudicação e arranque da instalação de um sistema de localização e segurança, o TraceMe, no novo Hospital Pediátrico de Coimbra;

No que concerne aos aspectos tecnológicos mais marcantes, destacamos o desenvolvimento dos seguintes produtos:

- iMeter - linha completa de equipamentos dedicados à eficiência energética que permite aos consumidores conhecer os seus gastos de electricidade, água em gás em tempo real;
- Enerbook - concepção da plataforma baseada em tecnologia Web 2.0 (redes sociais) que promoverá a utilização do iMeter;
- iEnergy - plataforma de recolha de dados de telemetria de consumos energéticos;
- iGas AMR - solução de telecontagem para gás natural baseada em redes Mesh;

- iLogger V2C - nova release do equipamento no qual se baseia a maior parte da actividade comercial, agora melhorado com certificação ATEX zona 0 e IECEX;
- Plataforma iCenter, que evoluiu e permite actualmente integrar vários modos de comunicação tais como SMS, TCP/IP, RS232 e vários protocolos como SMAAlert (mensagens de dados), iLogger e iWater;
- Sistema de monitorização de combustíveis líquidos fornecido ao cliente Petrin;
- iWater - solução para monitorização de redes de abastecimento de água;
- AtmisWeb - Plataforma Web do Atmis, o sistema de gestão de comunicações e processamento de dados da qualidade do ar;

No que diz respeito a prémios obtidos pela ISA em 2010, destacam-se:

- Conquista do Global Innovation Venture Partner lançado pela Logica;
- Nomeação como finalista do prémio INSEAD de Entrepreneurship e do Prémio Nacional de Inovação Ambiental;
- Reconhecimento como a única empresa portuguesa nomeada para os European Environmental Awards;
- Troféu Inovação - Jornal As Beiras e Caixa Geral de Depósitos;
- Renovação dos estatutos de PME Inovação e PME Líder.

Destacamos ainda o lançamento do ISaLL - Intelligent Sensing and Smart Services Living Lab, integrado na rede europeia de Living Labs, e a participação em diversos projectos europeus de I&D e Inovação, como o SaveEnergy, o EnerSip, o E3SoHo e o Appolon.

Face ao exposto, facilmente se poderá constatar o dinamismo, inovação e iniciativa consistentemente empregues pela ISA internamente e na abordagem ao mercado e restante envolvente, resultado do acreditar nas competências e know-how distintivo que, aliados aos valores que sempre moldaram a cultura da organização, irão certamente transformar as ameaças do presente nas oportunidades do futuro.

4 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE ECONÓMICA

PROVEITOS: Evolução e estrutura	2007	2008	2009	2010
Proveitos Operacionais	4.010.797	4.409.467	4.818.438	5.024.271
VAB (Produção-CMVMC-FSE+PSU-IMP)	1.373.773	2.142.575	2.263.049	2.553.996
Excedente Bruto de Exploração (VAB - CP)	660.147	913.939	719.612	858.686

A evolução positiva dos proveitos operacionais nos últimos quatro anos, traduzida no quadro acima, foi acompanhada pela evolução do VAB e do Excedente Bruto de Exploração, fruto do controlo dos custos com o pessoal, os quais apresentam um valor coincidente com a previsão para o ano, em linha com a estratégia traçada.

CUSTOS: A estrutura (em % PO):	2007	2008	2009	2010
Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas	43%	25%	28%	18%
Fornecimentos e Serviços Externos	23%	26%	25%	28%
Custos com o Pessoal	18%	28%	32%	33%
Amort, Imob.Corpóreo/Incorpóreo	9%	12%	10%	9%
Provisões e Ajustamentos	0%	2%	3%	7%
Impostos	0%	0%	1%	0%
Outros Custos Operacionais	0%	0%	0%	1%
Margem Bruta [(VF-CMVMC)/VF]	57%	75%	72%	82%
Margem Bruta [(VF-CV)/VF]	45%	64%	62%	72%

Da análise do quadro que reflecte a estrutura de custos em função dos proveitos operacionais, poder-se-á verificar a estabilidade relativa das diversas rubricas de custos, evidenciando um comportamento rotinado das mesmas, embora estejam definidos objectivos para a introdução de mais melhorias que conduzam a um aumento da margem e redução dos custos fixos.

Na tabela abaixo detalha-se o apuramento de resultados e a sua evolução nos últimos quatro anos.

ANÁLISE DE RESULTADOS	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Provelto Operacionais	4.010.797	100,0%	4.409.467	100,0%	4.818.438	100,0%	5.024.271	100,0%
Custos Operacionais	3.355.793	83,7%	3.517.122	79,8%	4.109.502	85,3%	4.038.206	80,4%
EBITDA	655.004	16,3%	892.345	20,2%	708.936	14,7%	986.064	19,6%
EBIT	299.125	7,5%	286.045	6,5%	50.931	1,1%	182.069	3,6%
Result. Líq. do Exercício	228.162	5,7%	224.612	5,1%	34.095	0,7%	48.782	1,0%

4.2. INDICADORES DE GESTÃO

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2007	2008	2009	2010
Liquidez geral	1,04	1,58	1,69	1,32
Liquidez reduzida	0,81	1,26	1,35	1,13
Autonomia financeira	0,27	0,31	0,21	0,30
Endividamento ("Debt to equity ratio")	2,76	2,2	3,81	2,32
Estrutura dos capitais alheios	0,76	0,55	0,39	0,63
Cobertura do imobilizado	1,05	1,55	1,44	1,33

O indicador de liquidez geral cifrou-se em 1,32, o que traduz uma ligeira diminuição nas condições de liquidez consubstanciadas pelo aumento do crédito de curto prazo. Positiva é a evolução dos rácios de autonomia financeira e da estrutura dos capitais alheios. No entanto, tal reflecte a opção pelo investimento, facto que acarreta o aumento do activo fixo, e, consequentemente, das suas formas naturais de financiamento.

5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O exercício de 2010 pôde beneficiar, ainda que de forma reduzida, das alterações profundas introduzidas nas suas estruturas organizacional e funcional, as quais permitiram, apesar das alterações observadas nas envolventes externas, a manutenção do seu desempenho. Apesar de assim ser, algum do trabalho comercial acabou por só ter concretização, no início de 2011, destacando-se a adjudicação da proposta para a Melhoria da Sustentabilidade e da Eficiência nas Agências e Edifícios do Banco Espírito Santo, S.A.. Esta adjudicação evidencia a receptividade existente em relação à proposta de valor da ISA na área da Eficiência Energética, sector onde tem investido de forma expressiva e convicta nos últimos anos.

Consideramos igualmente relevante, embora ainda sem tradução em adjudicação formal, o elevado interesse demonstrado pelas propostas de valor da ISA na área da Telemetria Oil & Gas demonstrado por uma entidade de referência no mercado dos E.U.A., a Amerigas, a qual possui mais de 1,2 milhões de tanques. A imediata selecção da ISA como segundo fornecedor é reveladora do enorme potencial de mercado que existe nesta geografia para as soluções da ISA. Os contactos estabelecidos no início de 2011 com as várias estruturas operacionais e directivas da empresa ajudaram a clarificar o caminho a efectuar.

Tendo sido o ano 2010 fortemente afectado e condicionado pela reestruturação levada a cabo, também são relevantes as medidas postas em prática no início de 2011 com o intuito de colocar em efectivo funcionamento o modelo definido. Assim os lugares de gestão das duas principais Business Units foram assumidos pelos profissionais que foram contratados e preparados ao longo do último trimestre de 2010 para essas posições.

Do mesmo modo, no que respeita a algumas outras posições que estavam identificadas como críticas no modelo funcional, foram terminados os processos de recrutamento e integração encontrando-se assim a empresa preparada para cumprir com os planos de acção definidos para que as linhas estratégicas sejam postas em prática.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

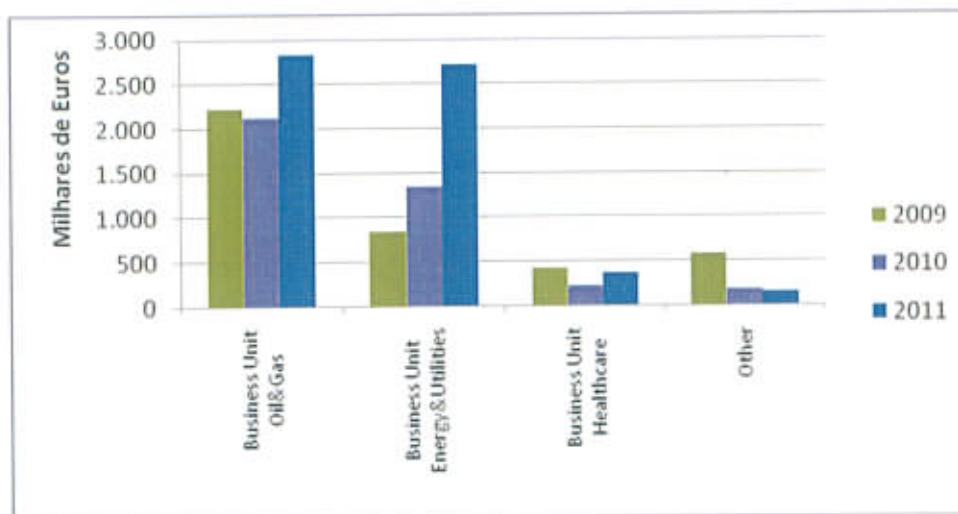
6 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

Em 2011, cumprindo as orientações estratégicas desenvolvidas no ano anterior, é pretendido concretizar um conjunto de acções que levem a empresa a solidificar a sua estrutura e imprimir um nível de produtividade e rendibilidade às suas operações significativamente maiores.

Para tal verá focada a sua actuação geográfica, através da aposta com especial enfoque nos mercados de Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Brasil e EUA. Angola continuará a ser um mercado ao qual a ISA estará também atenta.

A introdução de maior clareza e simplicidade nas propostas de valor será uma preocupação de modo a que actividade comercial junto do cliente tenha níveis de eficácia e de eficiência acrescidos. Deste modo, e a menos que haja um agravamento inesperado da envolvente externa, espera-se que o Volume de Negócios conheça um incremento na ordem dos 60% a 70%.

Gráfico de comparação de VN previsto para 2011 com o registado em 2010/2009



As previsões de crescimento apresentadas implicam que, simultaneamente, sejam utilizados e melhorados os processos de controlo de gestão de modo a tornar possível a monitorização dos planos de acção e seus indicadores, nas várias áreas funcionais. O principal objectivo é o de conseguir aumentar a capacidade de resposta da empresa a todas as situações que tenham impacto,



directo ou indirecto, na sua dinâmica de concretização de valor acrescentado e sustentável para os nossos clientes.

De forma igualmente obstinada, pretende-se conseguir aumentar a rentabilidade operacional e global da ISA. Para tal, serão utilizados um conjunto de indicadores, resultantes da aprendizagem feita ao longo de 2010, para monitorizar continuamente o desempenho da empresa, mantendo-se o seu agrupamento em torno de cinco vectores (financeiros, clientes, processos, pessoas e inovação) os quais estarão na base do Balanced ScoreCard que se pretende implementar nos anos seguintes.

Ainda em 2011 serão tomadas as medidas de correcção na matriz de competências necessárias para a prossecução da missão e objectivos estratégicos. Assim, serão previsíveis investimentos no reforço de colaboradores para as áreas de gestão de projectos de inovação, gestão de produto e gestão de pessoas e carreiras, garantindo-se deste modo que o crescimento seja de qualidade e pautado por princípios de rigor, exigência e cumprimento a par da orientação para o cliente.

Operacionalmente, a continuação da aposta na construção de um ecossistema empresarial em torno da ISA, apostando nomeadamente na dinamização do seu Living Lab (ISaLL - Intelligent Sensing and Smart Services Living Lab), através do qual seja alicerçado o crescimento sustentado das entidades que aí actuam, será importante para tornar possível um mais rápido e fiável acesso às competências tecnológicas necessárias, bem como para ganhar uma acrescida capacidade de resposta a solicitações dos mercados.

Handwritten initials and signature in blue ink.

7 ALIENAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS

Não ocorreram em 2010 quaisquer transmissões de acções próprias.



8 DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.



9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2010 a empresa teve um resultado líquido positivo no valor de €48.781,78 (quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e um euros e setenta e oito cêntimos), o qual será aplicado da seguinte forma: constituição de reserva legal de 5% (cinco pontos percentuais), no valor de 2.439,09€ (dois mil, quatrocentos e trinta e nove euros e nove cêntimos), sendo o restante valor de 46.342,69€ (quarenta e seis mil trezentos e quarenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos), colocado na rubrica de balanço de resultados transitados.

A conta de Gastos com o Pessoal da Demonstração de Resultados inclui ainda uma Gratificação de Balanço ao Pessoal de 15.000€ (quinze mil euros) que será igualmente proposta a aprovação pela Assembleia Geral.



Intelligent Sensing Anywhere

ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
Sede: Rua D. Manuel I, 92, 3030-320 Coimbra
NIF: PT 502 448 911

BALANÇO INDIVIDUAL
De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO - €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	7	224.489,22	248.963,02
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....	8	1.887.098,75	1.277.095,20
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....	10	663.746,58	451.480,95
Participações financeiras - outros métodos.....	10	19.118,36	9.728,36
Accionistas/sócios.....	5	319.495,19	161.995,19
Outros activos financeiros.....	10	15.000,00	15.000,00
Activos por impostos diferidos.....	16	409.961,84	467.036,27
		3.538.909,94	2.631.298,99
Activo corrente:			
Inventários.....	11	669.340,37	572.766,96
Activos biológicos.....			
Clientes.....	17	2.956.870,40	2.258.641,58
Adiantamentos a fornecedores.....		38.743,93	578,55
Estado e outros entes públicos.....		46.877,63	111.263,32
Accionistas/sócios.....	5	3.006,00	3.006,00
Outras contas a receber.....	14	974.191,57	1.985.319,21
Diferimentos.....		15.609,32	16.524,53
Activos financeiros detidos para negociação.....		591,13	591,13
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	4	125.484,11	31.928,71
		4.830.714,46	4.980.619,99
Total do Activo		8.369.624,40	7.611.918,98

MovPoc, Contabilidade, 31/12/2010

Página 1 de 2

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)

(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração

(José Basílio Portas Galgado Simões, Presidente)
(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)

BALANÇO INDIVIDUAL
De Janeiro até Dezembro

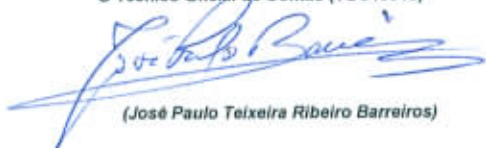
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	19	800.000,00	800.000,00
Ações (quotas) próprias.....		(92.205,78)	(92.205,78)
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....		220.018,46	220.018,46
Reservas legais.....		149.198,06	147.493,32
Outras reservas.....		36.310,89	20.968,27
Resultados transitados.....		(175.904,56)	(148.195,55)
Ajustamentos em activos financeiros.....	10	244.546,43	18.937,44
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....	6 / 14	1.291.556,62	1.380.561,74
Resultado líquido do período.....		48.781,78	34.094,72
Interesses minoritários.....			
Total do capital próprio.....		2.522.301,90	2.381.672,62
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	13	25.777,57	
Financiamentos obtidos.....	9	1.758.489,86	1.995.363,28
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....	16	395.673,36	427.770,39
Outras contas a pagar.....			
		2.179.940,79	2.423.133,87
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		761.269,44	514.228,86
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		201.499,01	214.465,46
Accionistas/sócios.....	5	138.345,30	137.797,20
Financiamentos obtidos.....	9	1.861.384,22	915.156,16
Outras contas a pagar.....		504.284,56	392.408,47
Diferimentos.....	14	200.599,18	633.056,54
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		3.667.381,71	2.807.112,69
Total do passivo.....		5.847.322,50	5.230.246,36
Total do Capital Próprio e do Passivo.....		8.369.624,40	7.611.918,98

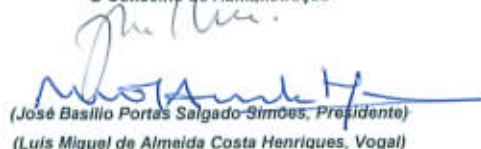
MoxiPoc, Contabilidade, 31/12/2010

Página 2 de 2

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)


(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração


(José Basílio Portas Salgado-Simões, Presidente)
(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)



Intelligent Sensing Anywhere

ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
Sede: Rua D. Manuel I, 92, 3030-320 Coimbra
NIF: PT 502 448 911

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	12 / 19	3.876.076,33	4.081.717,76
Subsídios à exploração.....	14	501.039,22	53.100,26
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	10	(13.343,36)	,00
Variação nos inventários da produção.....	11	89.940,21	49.997,29
Trabalhos para a própria entidade.....	12 / 14	423.386,46	633.622,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	11	(903.857,00)	(1.336.659,86)
Fornecimentos e serviços externos.....		(1.420.264,05)	(1.189.512,77)
Gastos com o pessoal.....	18	(1.637.762,80)	(1.543.437,28)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	11	(21.596,94)	(32.901,02)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	17	(321.311,41)	(103.579,14)
Provisões (aumentos/reduções).....	13	(25.777,57)	,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....		,00	,00
Aumentos/reduções de justo valor.....		,00	,00
Outros rendimentos e ganhos.....	12	133.828,40	96.412,88
Outros gastos e perdas.....		(62.979,17)	(93.189,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		617.378,32	615.570,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	6 / 7	(435.309,00)	(476.074,29)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....		,00	,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		182.069,32	139.496,65
Juros e rendimentos similares obtidos.....		97,71	11.779,43
Juros e gastos similares suportados.....	9	(75.837,61)	(100.216,53)
Resultado antes de impostos		106.329,42	51.059,55
Imposto sobre o rendimento do período.....	16	(57.547,64)	(16.837,90)
Resultado líquido do período		48.781,78	34.221,65
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....		,06	,04

MivPoc, Contabilidade, 31/12/2010

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)

(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração

(José Basílio Portas Salgado Simões, Presidente)

(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)

10 ANEXOS

Balanço;

Demonstração de Resultados;

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio;

Demonstração de Fluxos de Caixa;

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.



Intelligent Sensing Anywhere

ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
Sede: Rua D. Manuel I, 92, 3030-320 Coimbra
NIF: PT 502 448 911

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

DEZEMBRO 2010

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

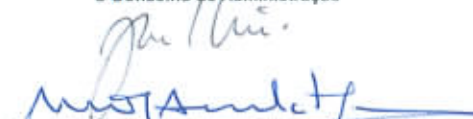

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		3.639.965,59	3.387.999,83
Pagamentos a Fornecedores		(2.515.674,94)	(2.852.494,40)
Pagamentos ao Pessoal		(1.204.449,23)	(1.044.319,49)
Caixa gerada pelas operações		(80.158,58)	(508.814,06)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		16.763,17	(59.113,25)
Outros recebimentos/pagamentos		8.587,67	(191.710,34)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(54.807,74)	(759.637,65)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		(57.837,46)	(61.358,47)
Activos intangíveis		(635.724,81)	(333.662,34)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		9.500,00	7.654,77
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		462.854,28	604.771,51
Juros e rendimentos similares		97,71	11.779,43
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(221.110,28)	229.184,90
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos	9	830.000,00	1.520.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento	14	335.417,50	
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	8 / 9	(387.499,92)	(629.005,79)
Juros e gastos similares	9	(75.837,61)	(100.216,53)
Dividendos			(92.205,78)
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		(332.606,55)	(153.995,19)
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		369.473,42	544.576,71
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		93.555,40	14.123,96
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	31.926,71	17.804,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	125.484,11	31.928,71

MovPoc, Constatidade: 31/12/2010

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)


(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração


(José Basílio Portas Salgado Simões, Presidente)

(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)



Intelligent Sensing Anywhere

ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
Sede: Rua D. Manuel I, 92, 3030-320 Coimbra
NIF: PT 502 448 911

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009 - Abertura 2010

Montantes expressos em EUROS - € (sem decimais)															
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de reavaliação	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
1	2	800 000			220 018	3						224 612	1 244 633		1 244 633
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009															
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico	2 / 6 / 14							(513 059)	18 937		1 278 399		765 330		765 330
Alterações de políticas contabilísticas	10												18 937		18 937
Diferença de conversão de dem. financeiras															
Realização da exced. revalor. AFT e AI															
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações	16							364 874			102 162	(56 153)	467 036		467 036
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no CP								(148 195)	18 937		1 380 562	(56 153)	1 195 151		1 195 151
2															
3												34 095	34 095		34 095
4=2+3													1 229 246		1 229 246
Resultado líquido do período															
Resultado integral															
Operações com detentores de CP:															
Realizações de capital	19		(92 206)												(92 206)
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	19						147 491	20 968				(168 459)			
5			(92 206)				147 491	20 968							(92 206)
6=1+2+3+5		800 000	(92 206)		220 018	147 493	20 968	(148 195)	18 937		1 380 562	34 095	2 381 673		2 381 673
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2009															

Manusc. Contabilidade: 31/12/2010

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)


(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração


(José Basílio Portas Salgado Simões, Presidente)
(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)



Intelligent Sensing Anywhere

ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
Sede: Rua D. Manuel I, 92, 3030-320 Coimbra
NIF: PT 502 448 911

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

Montantes expressos em EUROS - € (sem decimais)															
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente da revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
6	2	800 000	(92 206)		220 018	147 493	20 968	(146 196)	18 937		1 380 562	34 095	2 381 673		2 381 673
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização do exced. revalor. AFT e AI															
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no CP															
7	16							(27 709)	225 609		(89 005)	(17 047)	(27 709)		(27 709)
8	10 / 19												119 556		119 556
9 = 7+8		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48 782	48 782		48 782
													140 629		140 629
Operações com detentores de CP:															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10	19					1 705	15 343					(17 047)			
6+7+8+10		800 000	(92 206)		220 018	149 196	36 311	(175 904)	244 546		1 291 567	48 782	2 522 302		2 522 302

MonPac, Contabilizado, 31/12/2010

Legenda:

AFT = Active Fao Tangível

AI = Active Intangível

CP = Capital Próprio

O Técnico Oficial de Contas (TOC13013)


(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

O Conselho de Administração


(José Basílio Portas Salgado Simões, Presidente)
(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)

ANEXO

31 de Dezembro de 2010

Índice

1. Identificação da Empresa	2
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	2
3. Principais políticas contabilísticas.....	5
4. Fluxos de caixa	11
5. Partes relacionadas	12
6. Activos intangíveis.....	15
7. Activos fixos tangíveis.....	16
8. Locações	17
9. Custos de empréstimos obtidos	17
10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação.....	18
11. Inventários.....	19
12. Rédito	20
13. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	21
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
15. Acontecimentos após a data do balanço.....	22
16. Imposto sobre o rendimento	22
17. Imparidades de Activos financeiros.....	23
18. Benefícios dos empregados	24
19. Divulgações exigidas por diplomas legais	25
20. Outras informações	27

ANEXO

31 de Dezembro de 2010

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2010, procede à compilação das divulgações que a Empresa considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

1. Identificação da Empresa

Designação da entidade: ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.

Sede social: Rua D. Manuel I, 92 - 3030-320 Coimbra

Endereço electrónico: info@isasensing.com

Página na internet: www.isasensing.com

Natureza da actividade: Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas e da Estrutura Conceptual, as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo seria 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. Contudo e nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF na preparação do balanço de abertura foi em 1 de Janeiro de 2010 e foram registados em capitais próprios, estando descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009), apenas no que se refere, portanto, à peça do Balanço.

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2009, obtidos de acordo com o normativo POC e os respectivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Rubricas	POC	Reconciliação		SNC/NCM
		Ajustamentos	Erros	
Capital próprio	800.000,00			800.000,00
Resultados transitados	-2,61	-43.775,72	-104.417,22	-148.195,55
Reconhecimento de activos/passivos		364.873,87	0,00	
Desreconhecimento de activos/passivos		-408.649,59	-88.584,25	
Nova mensuração de activos/passivos		0,00	0,00	
Perdas por imparidade/reversões		0,00		
Outras		0,00	-15.832,97	
Resultado líquido	34.094,72	0,00	0,00	34.094,72
Reconhecimento de activos/passivos		0,00	0,00	
Desreconhecimento de activos/passivos		0,00	0,00	
Nova mensuração de activos/passivos		0,00	0,00	
Perdas por imparidade/reversões		0,00		
Outras		0,00	0,00	
Outras rubricas	296.274,27	1.399.499,18	0,00	1.695.773,45
Reconhecimento de activos/passivos		1.380.561,74	0,00	
Desreconhecimento de activos/passivos		0,00	0,00	
Nova mensuração de activos/passivos		18.937,44	0,00	
Perdas por imparidade/reversões		0,00		
Outras		0,00	0,00	
	1.130.366,38			2.381.672,62

- Em obediência à NCRF 6 - Activos Intangíveis, foram desreconhecidas despesas de instalação e expansão e três projectos de I&D cujos benefícios económicos futuros eram praticamente nulos, num total de 408.649,59 € levados a resultados transitados. Em termos fiscais este desreconhecimento obedecerá ao estipulado no DL 159/2009;
- A empresa possuía saldos perenes nas contas de terceiros (-88.584,25 €) que há muito não apresentavam qualquer movimento, e valores por reconciliar nas contas bancárias (-15.832,97 €), sendo que aproveitou a aplicação do novo normativo contabilístico para os desreconhecer (activos/passivos) afectando os resultados transitados. Fiscalmente, acrescerão à matéria colectável e serão alguns tributados autonomamente;
- A empresa reconheceu à data de transição como activos de impostos diferidos, o valor de 364.873,87 € relativo a benefícios fiscais dedutíveis à colecta de IRC do SIFIDE - Sistema de Incentivos à I&D das candidaturas aprovadas de 2006 a 2009 e que de acordo com o plano de negócios da empresa dos próximos anos, é expectável a sua recuperação no prazo legal (n+6). Em 2010, ocorrerá já uma utilização na ordem dos 36.642 €;
- A empresa em obediência à NCRF 22 - Subsídios Governamentais conjugada com as NCRF 6 - Activos Intangíveis e 7 - Activos Tangíveis, procedeu à reclassificação e reconhecimento dos Subsídios relacionados com Activos Tangíveis e Intangíveis, cujos contratos estavam assinados e os processos de investimento já em curso na fase de transição. Socorreu-se ainda da NCRF 21 - para a contabilização dos mesmos e reconhecimento como activos dos contratos de incentivos. Foram reconhecidos em outras variações de capitais próprios / subsídios os valores contratuais num montante total de 1.713.455,65 € e regularizados simultaneamente como passivos de impostos diferidos o valor correspondente de IRC à taxa de 25% - diferenças temporárias, no montante de 427.770,39 €;
- Decorrente da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a empresa obteve os seguintes ajustamentos em activos financeiros: 1) Fase de Transição : - 62.452,86 € 2) Decorrentes de reconhecim. Outras variações cap. Próprios: + 81.390,30 € - Saldo positivo de 18.937,44 €

2.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

2.4 Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 no que diz respeito ao balanço. Relativamente às restantes peças financeiras, nomeadamente a Demonstração de Resultados por natureza, a comparabilidade é apenas garantida numa óptica de mera reclassificação contabilística, sendo que os benefícios decorrentes da aplicação das normas a partir da data de 01 de Janeiro de 2009, não excediam os custos gerados e decorrentes da aplicação desta regra.

2.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC, exceptuando o disposto na NCRF 3, quanto à data de transição adoptada.

2.10 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, no que diz respeito apenas ao balanço de abertura para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2009.

3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os bens dos activos fixos tangíveis são depreciados a partir do seu início de funcionamento e assim que ficam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros

rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.2 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor, em obediência à NCRF n.º 6.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo que só quando há expectativas razoáveis da empresa vir a obter sucesso com o desenvolvimento desses conhecimentos técnicos em novas soluções tecnológicas potencialmente comercializáveis e com mercado futuro, a empresa “baptiza” tais projectos e submete-os dentro de uma política de apoio de obtenção de financiamento, a candidaturas de incentivos estatais.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstra capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis (em curso).

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes / linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado ou de acordo com a vigência dos contratos de incentivos estatais.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

Quanto aos activos intangíveis em curso, os mesmos dão valorizados numa base de imputação mensal dos gastos directos e afectos por projecto, nomeadamente, valores de mão-de-obra, gastos e serviços externos e, materiais consumíveis. Quanto aos equipamentos (activos tangíveis adquiridos propositadamente para os projectos), são levados a Activos tangíveis e as respectivas depreciações, contabilizadas como gastos do período. Os incentivos estatais inerentes a estas amortizações, são levadas na sua quota-parte (comparticipação) a rédito do período.

No final do ano, é feita uma reconciliação contabilística / financeira (mediante comparação de “ppi”-pedidos de pagamento de incentivo intercalares confrontados com os registos contabilísticos de todas as suas afectações) de maneira a garantir a boa valorização de tais projectos em curso.

3.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica ‘Investimentos financeiros em equivalência patrimonial’.

A empresa considerou como associadas as participações enquadradas entre 20% e 50%, encontrando-se aí enquadradas 5 empresas.

Participações superiores a 50%, encontram-se duas empresas subsidiárias, especificamente a ISA Research Unipessoal, Lda. (100%) com actividade suspensa e a ISA Instrumentation et Systems D'Automation (60%).

Quanto aos restantes Investimentos financeiros inferiores a 20%, existiam duas participações, não se tendo aplicado neste caso o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e, caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações, o que não se verificou quer na data de transição quer no período de 2010.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12.5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25 % para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa vai até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

À colecta, a empresa deduz ainda o benefício fiscal SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D empresarial nos termos da lei n.º 40 de 2005 que criou este regime e posteriores alterações de que se destaca o art.º 12º da lei n.º 10 de 2009.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (*dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001*), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado e devidamente aprovado pelo órgão de gestão da sociedade.

3.5 Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição mais despesas conexas com transporte e armazenagem, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização e a possibilidade da sua utilização normal na actividade da empresa é diminuta.

Os produtos em via de fabrico e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais, de acordo com o seu estado de acabamento.

3.6 Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

São reconhecidos como outros valores a receber, as operações de antecipação de cedências de crédito ("factoring") com recurso, celebradas com as instituições de crédito, tendo como contrapartida a rubrica de "financiamentos".

3.7 Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entenda existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.8 Activos não correntes detidos para venda

A empresa para o período de 2010, não procedeu ao reconhecimento deste tipo de activos, dada a sua reduzida ou mesmo nula expressão e porque os benefícios a obter de tal informação, não são superiores aos custos gerados pela mesma.

Contudo e em termos de política contabilística futura, os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes activos são classificados como “activos não correntes”, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.9 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.11 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Merece destaque neste item e decorrentes da actividade específica da empresa, as provisões criadas por garantias a prestar a clientes.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.13 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.14 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.1 acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.15 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.16 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber, nomeadamente com a assinatura do contrato e um grau de execução do projecto superior pelo menos a 15%.

É aplicada a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento (I&D) e em consonância com as políticas em 3.1 e 3.2, estão registados em balanço na rubrica "Outras Variações nos Capitais Próprios - Subsídios" independentemente do momento de recebimento do subsídio e, são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados, líquido de impostos diferidos conforme explicitado em 3.4.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, com a fase de investigação de projectos de I&D ou ainda com a participação da empresa em projectos de I&D em regime de consórcio, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Merece realce, os projectos de consórcios europeus directamente subsidiados pela comunidade europeia em que a empresa participa. Nestes projectos, não existem à partida pré-definido o desenvolvimento de um determinado activo intangível que possa ser reconhecido nos termos da NCRF 6.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	250,79	18.586,19	18.191,28	645,70
Depósitos à ordem	31.677,92	8.302.372,79	8.309.212,30	24.838,41
Outros depósitos bancários	0,00	600.000,00	500.000,00	100.000,00
Total caixa e depósitos bancários	31.928,71	8.920.958,98	8.827.403,58	125.484,11
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Outra informação				
Recebimentos provenientes de :				
Indemnização de seguro de vida				0,00
Subsídios à exploração				519.794,46
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso				0,00

4.2 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não aplicável.

5 Partes relacionadas

5.1. Entidades que participam no capital da empresa:

NIF	500.897.565		
Denominação	DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A.		
Sede (País)	PORTUGAL		
Capital social detido	351.430,00€	43,93%	
Direitos de voto	45,38%	Data início da participação: 22/05/2003	
É a entidade controladora final?	N		

NIF	151.101.426		
Denominação	JOSÉ BASÍLIO PORTAS SALGADO SIMÕES		
Sede (País)	PORTUGAL		
Capital social detido	162.320,00€	20,29%	
Direitos de voto	20,96%	Data início da participação: 30/04/1990	
É a entidade controladora final?	N		

NIF	193.192.861		
Denominação	JORGE AFONSO CARDOSO LANDECK		
Sede (País)	PORTUGAL		
Capital social detido	122.000,00€	15,25%	
Direitos de voto	15,75%	Data início da participação: 30/04/1990	
É a entidade controladora final?	N		

NIF	181.769.980		
Denominação	ANTÓNIO MIGUEL LINO SANTOS MORGADO		
Sede (País)	PORTUGAL		
Capital social detido	70.500,00€	8,81%	
Direitos de voto	9,10%	Data início da participação: 30/04/1990	
É a entidade controladora final?	N		

NIF	146.344.707		
Denominação	ANTÓNIO CARLOS SENA SÃO MIGUEL BENTO		
Sede (País)	PORTUGAL		
Capital social detido	55.000,00€	6,88%	
Direitos de voto	7,10%	Data início da participação: 30/04/1990	
É a entidade controladora final?	N		

5.2. Entidades em que a empresa participa:

NIF	504.185.179		
Denominação	QUANTIFIC - INSTRUMENTAÇÃO CIENTÍFICA, LDA		
Sede (País)	PORTUGAL		
Natureza da relação:	ASSOCIADA		
Método de consolidação:	Equivalência Patrimonial		
Capital próprio	225.642,79€		
Resultado líquido	64.461,30€		
Capital social detido	49.000, 00€ (49%)		
Direitos de voto	49,00%	Data início da participação: 22/05/2008	

NIF	505.158.655
Denominação	INTELLICARE - INTELLIGENT SENSING IN HEALTHCARE, LDA
Sede (País)	PORTUGAL
Natureza da relação:	ASSOCIADA
Método de consolidação:	Equivalência Patrimonial
Capital próprio	225.642,79€
Resultado líquido	64.461,30€
Capital social detido	49.000, 00€ (49%)
Direitos de voto	49,00% Data início da participação: 22/05/2008

NIF	505.158.655
Denominação	SUITCH - HOLDING, S.G.P.S., S.A.
Sede (País)	PORTUGAL
Natureza da relação:	ASSOCIADA
Método de consolidação:	Equivalência Patrimonial
Capital próprio	6.328,27€
Resultado líquido	612,54€
Capital social detido	17.500€ (33,33%)
Direitos de voto	33,33% Data início da participação: 29/04/2008

NIF	508.024.048
Denominação	BLUEWORKS - MEDICAL EXPERT DIAGNOSIS, LDA
Sede (País)	PORTUGAL
Natureza da relação:	OUTRO INVESTIMENTO
Método de consolidação:	Não aplicável
Capital social detido	750, 00€ (15%)
Direitos de voto	15,00% Data início da participação: 16/04/2007

NIF	506.787.729
Denominação	COIMBRA INOVAÇÃO PARQUE, EM, S.A.
Sede (País)	PORTUGAL
Natureza da relação:	OUTRO INVESTIMENTO
Método de consolidação:	Não aplicável
Capital social detido	9.390,00€ (0,36%)
Direitos de voto	0,36% Data início da participação: 01/09/2009

NIF	FR31503174088
Denominação	ISA - INSTRUMENTATION ET SYSTEMES D'AUTOMATION SARL
Sede (País)	FRANÇA
Natureza da relação:	SUBSIDIÁRIA
Método de consolidação:	Equivalência Patrimonial
Capital próprio	(3.637,00€)
Resultado líquido	(779,00)€
Capital social detido	6.000,00€ (60,00%)
Direitos de voto	60,00% Data início da participação: 19/03/2008

NIF	CNPJ 04.905.545/0001-06
Denominação	ISA - SULAMERICA INSTRUMENTAÇÃO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA
Sede (País)	BRASIL
Natureza da relação:	ASSOCIADA

Método de consolidação:	Equivalência Patrimonial	
Capital próprio	(6.914,87€)	
Resultado líquido	(2.672,67)€	
Capital social detido	3.543,51€ / 9.000,00BZR (30,00%)	
Direitos de voto	30,00%	Data início da participação: 03/07/2008

NIF	502.927.402	
Denominação	PROCESSUS - SERVIÇOS INFORMÁTICOS, LDA	
Sede (País)	PORTUGAL	
Natureza da relação:	ASSOCIADA (COM ACTIVIDADE SUSPensa DESDE 2006)	
Capital social detido	8.978,36€ (45,00%)	
Direitos de voto	45,00%	Data início da participação: 11/02/1993

NIF	507.132.424	
Denominação	ISA RESEARCH - INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ELECTRONICA, UNIPessoAL, LDA	
Sede (País)	PORTUGAL	
Natureza da relação:	SUBSIDIÁRIA (COM ACTIVIDADE SUSPensa DESDE 2006)	
Capital social detido	5.000,00€ (100,00%)	
Direitos de voto	100,00%	Data início da participação: 23/02/2005

5.3. Remunerações do pessoal chave da gestão e ROC

Natureza das remunerações	Quantias
Total de remunerações:	39.000 €
Total de benefícios de curto prazo dos empregados:	0 €
Total de benefícios pós-emprego:	0 €
Total de outros benefícios de longo prazo:	14.950 €
Total de benefícios por cessação de emprego:	0 €
Total de pagamentos com base em acções:	0 €

Os honorários facturados no exercício de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a: Revisão Legal de Contas (5.390,00 €), Auditoria de Projectos (4.034,75 €), perfazendo um valor total de 9.424,75 €.

5.4. Transacções entre partes relacionadas:

Por Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Naturezas	Participantes no capital		Entidades participadas			Pessoal chave da gestão	Outras partes relacionadas
	Empresa mãe	Outros part.	Subsidiárias	Associadas	Outros		
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes	0 €	0 €	95.333 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Conta de fornecedores	0 €	14.738 €	584.714 €	21.728 €	0 €	0 €	0 €
Conta de pessoal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Conta de financiamentos obtidos dos quais suprimentos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Conta de accionistas/sócios	0 €	135.184 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Conta de outros devedores e credores	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Conta de diferimentos	0 €	0 €	1.496 €	0 €	0 €	0 €	0 €
VALOR DAS TRANSAÇÕES							
Vendas e prestações de serviços	0 €	10.025 €	258 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de serviços	0 €	40.339 €	226.585 €	3.750 €	0 €	0 €	0 €
Rendimentos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Compras	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecimentos e serviços externos	0 €	0 €	257.879 €	28.800 €	0 €	0 €	0 €
Gastos com o pessoal	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros gastos/rendimentos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Gastos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Aquisições de investimentos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
.....	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

6 Activos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

Descrição	Conta 443 Trespasse	Conta 442 Projectos de desenvolvimento	Conta 443 Programas de computador	Conta 444 Propriedade industrial	Conta 445 Outros activos intangíveis	Conta 45a Activos intangíveis em curso	Conta 45c Adiantamentos Act. Intangíveis	TOTAL
Vida útil indefinida								
1 Valor bruto no fim do período		2.161.307 €		22.778 €		1.279.757 €		3.463.842 €
2 Perdas por imparidade acumuladas								0 €
3 Valor líquido no fim do período	0	2.161.307 €	0 €	22.778 €	0 €	1.279.757 €	0 €	3.463.842 €
Vida útil definida								
4 Valor Bruto no início		1.674.688 €		22.778 €		858.440 €		2.555.906 €
5 Amortizações acumuladas no início		1.256.033 €		22.778 €				1.278.811 €
6 Imparidades acumuladas								0 €
7 Saldo no início do período	0	418.655 €	0 €	0 €	0 €	858.440 €	0 €	1.277.095 €
8 Variações no período								
8.1 Total dos aumentos	0	1.460.974 €	0 €	0 €	0 €	2.391.145 €	0 €	3.852.119 €
Aquisições em 1º mão		1.401.404 €				2.027.328 €		3.428.732 €
Concentrações								0 €
Outras aquisições								0 €
Trabalhos para a própria entidade		59.570 €				363.816 €		423.386 €
Revalorizações (+)								0 €
Outros aumentos								0 €
8.2 Total das diminuições	0	1.272.287 €	0 €	0 €	0 €	1.969.828 €	0 €	3.242.115 €
Amortizações do período		297.932 €						297.932 €
Perdas por imparidade								0 €
Alienações								0 €
Abates								0 €
Outras diminuições		974.355 €				1.969.828 €		2.944.183 €
8.3 Reversões de Perdas por Imparidade								0 €
8.4 Transferências de activos intangíveis em curso								0 €
8.5 Transferências de activos não correntes DV								0 €
8.6 Outras transferências								0 €
9 Total dos activos intangíveis	0	607.342 €	0 €	0 €	0 €	1.279.757 €	0 €	1.887.099 €
10 Garantias de passivos/titularidade restringida								

6.2 Activos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas. Indicação:

Não aplicável no período.

6.3 Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período e os que foram capitalizados:

Dispêndios com I&D	Gastos	Activo	Passivo	Total
Gastos com pesquisa	0,00			0,00
Custo da mercadoria vendida e MP consumida	0,00			0,00
Fornecimentos e serviços externos	0,00			0,00
Gastos com o pessoal	0,00			0,00
Gastos de amortização e depreciação	0,00			0,00
Outros gastos e perdas	0,00			0,00
Gastos com desenvolvimento	762.548 €	1.204.856 €		1.967.404 €
Custo da mercadoria vendida e MP consumida	0 €	23.909 €		23.909 €
Fornecimentos e serviços externos	389.808 €	459.628 €		849.436 €
Gastos com o pessoal	372.740 €	423.386 €		796.126 €
Gastos de amortização e depreciação	0 €	297.932 €		297.932 €
Outros gastos e perdas	0 €	0 €		0 €
Aquisições directas ao exterior	0 €	0 €		0 €
Compromissos contratuais para aquisição de Activos Intangíveis			0 €	0 €
Total dos Dispêndios com I&D	762.548 €	1.204.856 €	0 €	1.967.404 €

6.4 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer activo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras:

Sem relevância no período.

7 Activos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec.Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Edifícios	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos biológicos	Conta 437 Outros Activos Fixos Tangíveis	Conta 438 Activos Fixos tangíveis em curso	Conta 439 Adiantamentos AFT	TOTAL
1 Valor Bruto no início do período		169.242 €	426.384 €	228.539 €	92.051 €		17.690 €			933.926 €
2 Depreciações acumuladas no início		63.846 €	373.106 €	146.777 €	84.404 €		16.830 €			684.963 €
3 Imparidades acumuladas no início										
4 Saldo no início do período	0 €	105.396 €	53.277 €	81.762 €	7.647 €	0 €	861 €	0 €	0 €	248.963 €
5 Variações no período (VII)										
5.1 Aumentos do período	0 €	3.511 €	34.721 €	74.839 €	414 €	0 €	0 €	0 €	0 €	113.485 €
Aquisições em 14 maio		3.511 €	34.721 €	74.839 €	414 €		0 €			113.485 €
Construções										0 €
Outras aquisições										0 €
Estimativa custo de desmantelamento										0 €
Trabalhos para a própria entidade										0 €
Revalorizações (+)										0 €
Outros aumentos										0 €
5.2 Diminuições do período	0 €	19.092 €	50.355 €	65.187 €	2.788 €	0 €	537 €	0 €	0 €	137.958 €
Depreciações do período		19.092 €	50.355 €	64.605 €	2.788 €		537 €			137.377 €
Perdas por imparidade										0 €
Alienações				582 €						582 €
Abates										0 €
Outras diminuições										0 €
5.3 Reversões de Perdas de Imparidade										0 €
5.4 Transferências de AFT em curso										0 €
5.5 Transferências de/para ANCDV										0 €
5.6 Outras transferências										0 €
6 Saldo no fim do período	0 €	89.815 €	37.643 €	91.435 €	5.273 €	0 €	323 €	0 €	0 €	224.489 €
7 Garantias de passivos/titularidade restringida										

7.2 Itens do activo fixo tangível, expressos por quantias revalorizadas:

Não aplicável no período.

7.3 Outras divulgações sobre os Activos Fixos tangíveis:

Não aplicável no período.

8 Locações

8.1 Decomposição das locações (financeiras) de acordo com o quadro seguinte:

Nota 10	Descrição	Activos intangíveis	Activos fixos tangíveis	Propriedades de Investimento	TOTAL	Locações Operacionais
1	Valor Bruto		263.682 €		263.682 €	
2	Depreciações/Amortizações acumuladas		171.257 €		171.257 €	
3	Imparidades acumuladas				0 €	
4	Saldo no fim do período	0,00	92.425 €	0 €	92.425 €	
5	Total dos futuros pagamentos mínimos	0,00	146.594 €	0 €	146.594 €	
5.1	Até um ano		67.346 €		67.346 €	
5.2	De um a cinco anos		79.248 €		79.248 €	
5.3	Mais de cinco anos				0 €	
6	Valor actual do total dos futuros pag. mínimos	0,00	135.419 €	0 €	135.419 €	
6.1	Até um ano		61.687 €		61.687 €	
6.2	De um a cinco anos		73.732 €		73.732 €	
6.3	Mais de cinco anos				0 €	
	Rendas contingentes como gasto do período				0 €	
	Total dos futuros recebimentos de sublocação				0 €	
	Valor dos pagamentos como gasto do período				0 €	

8.2 Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte:

- Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar;
 - Rendas de termos antecipados, todas indexadas à Euribor
- Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento;
 - Todos os contratos têm opção de valor de compra no final pelo valor residual (2%)
- Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação.
 - Não existem

9 Custos de empréstimos obtidos

9.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os custos com os empréstimos obtidos, são contabilizados de acordo com o débito bancário / financeiro pelo seu valor nominal. É adoptado o regime do acréscimo. (Cfr. Ponto 3.14).

9.2 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respectiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor do empréstimo (se diferente do contratual)		Custos dos empréstimos obtidos anuais suportados		Dispendios com o activo	Taxa de capitalização usada	Custo dos empréstimos capitalizados	Custos dos empréstimos nos gastos
		Corrente	Não corrente	Total	Juros suportados				
Empréstimos genéricos	4.325.000 €	1.725.966 €	1.423.072 €	73.036 €	51.936 €	0 €	0,00%	0 €	73.036 €
Instituições de crédito e sociedades financeiras	4.325.000 €	1.725.966 €	1.423.072 €	73.036 €	51.936 €				73.036 €
Mercado de valores mobiliários									
Participantes de capital									
Empresa mãe - suprimentos e outros									
Outros participantes - suprimentos e outros (dos quais empresas participantes)									
Subsidiárias, associadas e empr. conjuntos									
Outros financiadores									
Empréstimos específicos	335.418 €	135.419 €	335.418 €	2.802 €	2.802 €	0 €	0,00%	0 €	2.802 €
Instituições de crédito e sociedades financeiras		135.419 €		2.802 €	2.802 €				2.802 €
Mercado de valores mobiliários									
Participantes de capital									
Empresa mãe - suprimentos e outros									
Outros participantes - suprimentos e outros (dos quais empresas participantes)									
Subsidiárias, associadas e empr. conjuntos									
Outros financiadores - Incentivo Reembolsável	335.418 €		335.418 €				0,00%		
Total dos Empréstimos (dos quais: não residentes)	4.660.418 €	1.861.384 €	1.758.490 €	75.838 €	54.737 €	0 €	0,00%	0 €	75.838 €

9.3 Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respectiva conta de activo:

Não aplicável.

9.4 Outras divulgações:

Nos empréstimos obtidos e contabilizados como correntes, está contabilizado um financiamento ao abrigo da linha PME Invest III, ou seja em condições mais favoráveis que o mercado dada a intervenção do estado neste tipo de programas.

10 Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação

10.1 Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros, que utilizam o Método da Equivalência Patrimonial:

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Investimentos em associadas	Investimentos noutras empresas	Outros investimentos fina- ncieiros	Investimentos financeiros em curso	Adiantamentos p/c investimentos financeiros	TOTAL
<i>Método da Equivalência patrimonial</i>							
Valor bruto inicial	11.000 €	488.371 €					499.371 €
(parte respeitante ao goodwill)		57.849 €					57.849 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	11.000 €	27.911 €					38.911 €
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0 €
Valor líquido inicial	0 €	460.459 €	0 €	0 €	0 €	0 €	460.459 €
Movimentos do período	0 €	212.266 €	0 €	0 €	0 €	0 €	212.266 €
Aquisições por concentração							0 €
Outras aquisições							0 €
(parte respeitante ao goodwill)							0 €
Parte do investidor nos resultados da investida		-13.343 €					-13.343 €
Distribuições recebidas da investida							0 €
Alterações nos capitais próprios da investida		225.609 €					225.609 €
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0 €
Alienações							0 €
Abates							0 €
Perdas por imparidade							0 €
Reversões de perdas por imparidade							0 €
Transferências de investimentos financeiros em curso							0 €
Transferências de e para ANCOV							0 €
Outras transferências							0 €
Outros movimentos do período							0 €
Valor líquido final	0 €	672.725 €	0 €	0 €	0 €	0 €	672.725 €

10.2 Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros, que utilizam outros métodos:

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Investimentos em associadas	Investimentos noutras empresas	Outros investimentos financeiros	Investimentos financeiros em curso	Adiantamentos p/c investimentos financeiros	TOTAL
<i>Outros métodos</i>							
Valor bruto inicial			750 €	15.000 €			15.750 €
(parte respeitante ao goodwill)							0 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais							0 €
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0 €
Valor líquido inicial	0 €	0 €	750 €	15.000 €	0 €	0 €	15.750 €
Movimentos do período	0 €	0 €	9.390 €	0 €	0 €	0 €	9.390 €
Aquisições por concentração							0 €
Outras aquisições			9.390 €				0 €
(parte respeitante ao goodwill)							0 €
Alterações mensuração via capitais próprios							0 €
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0 €
Alienações							0 €
Abates							0 €
Perdas por imparidade							0 €
Reversões de perdas por imparidade							0 €
Transferências de investimentos financeiros em curso							0 €
Transferências de e para ANCOV							0 €
Outras transferências							0 €
Outros movimentos do período							0 €
Valor líquido final	0 €	0 €	10.140 €	15.000 €	0 €	0 €	25.140 €

10.3 Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas:

- Não foi efectuada a consolidação de contas, por estar a empresa mãe dispensada da mesma ao abrigo da disposição legal prevista no código das sociedades comerciais.
- Descrição do método usado para contabilizar os investimentos listados no segundo quadro.
O método utilizado na contabilização das participações fora do perímetro da aplicação do MEP, é o método do custo (Valor nominal de aquisição da participação)
- Quando utilizado o método do custo, descrição das restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora: Não existem.
- As outras variações de capital no quadro do MEP apresentadas (225.609 €), dizem respeito ao na proporção da participação do reconhecimento na participada Intellicare, Lda. nos termos da NCRF 22 , de subsídios ao investimento associados a projectos de desenvolvimento de activos intangíveis, líquidos do reconhecimento de impostos diferidos ao abrigo na NCRF 25.

11 Inventários

11.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

11.2 Quadro de apuramento do custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários:

Descrição	Mercadorias	Matérias primas e subsidiárias	TOTAL
Inventários iniciais		287.063 €	287.063 €
Compras		932.087 €	932.087 €
Reclassificação e regularização de inventários			0 €
Inventários finais		315.293 €	315.293 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	903.857 €	903.857 €
Outras informações			
Ajustamentos por imparidade do período		6.756 €	6.756 €
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas		38.881 €	38.881 €
Reversão de ajustamentos/perdas de imparidade			0 €
Inventários ao justo valor menos custos de os vender			0 €
Inventários dados como penhor ou garantia de passivos			0 €
Inventários que se encontram fora da empresa			0 €
Adiantamentos por conta de compras			0 €

11.3 Quadro de apuramento da variação de produções e outras informações sobre estas naturezas de inventários:

Descrição	Produtos acabados e Intermedios	Subprodutos desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	TOTAL
Inventários finais	429.830 €		0 €	429.830 €
Reclassificação e regularização de inventários				0 €
Inventários iniciais	327.020 €		12.869 €	339.890 €
Variação da produção	102.809 €	0 €	-12.869 €	89.940 €
Outras informações				
Ajustamentos por imparidade do período			14.841 €	14.841 €
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas			36.901 €	36.901 €
Reversão de ajustamentos/perdas de imparidade				0 €
Inventários ao justo valor menos custos de os vender				0 €
Inventários dados como penhor ou garantia de passivos				0 €
Inventários que se encontram fora da empresa				0 €

11.4 Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários.

Não aconteceram

11.5 Outras divulgações sobre inventários

Os ajustamentos / perdas de imparidade em inventários, são criados com base na separação física em termos de armazenagem de material com deficiência e grau diminuto de utilização e/ou reconversão / recuperação.

12 Rédito

12.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é reconhecido com base na emissão de facturas, atendendo sempre ao regime do acréscimo, no que diz respeito à venda de bens e de prestação de serviços. Tem-se

ainda em conta o influxo de benefícios económicos no reconhecimento do rédito. O método adoptado para o reconhecimento do rédito considerando a fase de acabamento da prestação de serviços, considera o diferencial para a conclusão do serviço prestado.

Quanto aos restantes réditos, o reconhecimento do mesmo obedece igualmente ao princípio do acréscimo, como é o caso dos subsídios de exploração e de investimento e aos trabalhos para a própria entidade. Neste caso, os mesmos são reconhecidos com base em mapas internos de afectação de tempos e gastos directos de mão de obra, por projectos de desenvolvimento associados a activos intangíveis.

12.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

Categoria de rédito	Quantias
Venda de bens	1.417.239 €
Prestação de serviços	2.458.837 €
Subtotal	3.876.076 €
Juros	98 €
Royalties	0 €
Dividendos	0 €
Outros réditos	1.090.134 €
Subtotal	1.090.232 €
Totais	4.966.308 €

13 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

13.1 Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	TOTAL
Saldo no início do período									0 €
Variações no período									
Aumentos do período	0 €	25.778 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	25.778 €
Constituição		25.778 €							25.778 €
Reforço									0 €
Reforço - efeito temporal									0 €
Outros aumentos									0 €
Diminuições do período	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Utilizações									0 €
Reversões									0 €
Outras diminuições									0 €
Saldo no fim do período	0 €	25.778 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	25.778 €
Outra Informação									
Passivos contingentes									0 €
Activos contingentes									0 €

14 Subsídios do Governo e apoios do Governo

14.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do governos, são contabilizados em obediência à NCRF 22, tal como já se fez referência na política contabilística mencionada em 3.17.

14.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades	
	Valor total atribuído	Valor total Recebido até 31/12/10	Valor imputado no período	Valor total atribuído	Valor imputado no período
Subsídios ao investimento	1.649.189 €	1.228.898 €	110.836 €	- €	- €
Para activos fixos tangíveis	38.091 €	38.091 €	10.459 €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	38.091 €	38.091 €	10.459 €		
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo					
Equipamento biológico					
Outros activos fixos tangíveis					
Para activos intangíveis	1.611.098 €	1.190.807 €	100.377 €	- €	- €
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial					
Outros activos intangíveis	1.611.098 €		100.377 €		
Para outras naturezas de activos					
Subsídios à exploração	2.284.902 €	713.524 €	501.039 €	- €	- €
Valor dos reembolsos efectuados no período	- €		- €	- €	- €
De subsídios ao investimento					
De subsídios à exploração					
Total	3.934.092 €	1.942.422 €	611.876 €	- €	- €

15 Acontecimentos após a data do balanço

Após a emissão das demonstrações financeiras, não havia nada de materialmente relevante e com impacto no balanço da empresa do período em análise.

Merece apenas a título de menção, a reestruturação societária iniciada em Fevereiro de 2011 com a permuta das participações sociais do núcleo de accionistas fundadores, para a ISA Capital, SGPS, Lda., tendo esta adquirido posteriormente a participação total do accionista DIGAL, S.A. Em início de Março entraram dois novos accionistas individuais, Sérgio Duarte Paulo e Henrique Jorge Pereira, tendo cada um adquirindo 21.000 acções à ISA Capital, SGPS, Lda.

16 Imposto sobre o rendimento

16.1 Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Quantias
Resultado antes de impostos do período	106.329 €
Imposto corrente	7.193 €
Imposto diferido	29.365 €
Imposto sobre o rendimento do período	36.559 €
Tributações autónomas	20.989 €
Taxa efectiva de imposto	54%

16.2 Decomposição das base de cálculo do saldo de impostos diferidos activos e passivos à data do balanço, conforme quadro seguinte:

Descrição	Período	Período anterior
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos		
Provisões não aceites fiscalmente		
Resultados positivos em ACE		
Resultados negativos pela aplicação do método da equivalência patrimonial		
Amortizações não aceites fiscalmente		
Benefícios de reforma, quando não há fundo externo		
Diferenças negativas entre o justo valor e a BT.		
Prejuízos fiscais		
Efeito da transposição de demonstrações financeiras *	326.920 €	408.650 €
Dupla tributação		
Reconhecimento inicial de activos e passivos ** - SIFIDE	328.232 €	364.874 €
Soma A	655.152 €	773.523 €
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Revalorização de de activos		
Resultados negativos em ACE		
Resultados positivos pela aplicação do método da equivalência patrimonial		
Benefícios de reforma, quando não há fundo externo		
Diferenças positivas entre o justo valor e a BT.		
Efeito da transposição de demonstrações financeiras		
Outras diferenças temporárias	1.582.693 €	1.713.456 €
Soma B	1.582.693 €	1.713.456 €
Valores reflectidos no balanço		
Activos por impostos diferidos (* x taxa(s) + **)	409.962 €	467.036 €
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))	395.673 €	427.770 €
Diferenças temporárias relativamente às quais não foi reconhecido qualquer imposto diferido		
Perdas fiscais não utilizadas		
Outras diferenças temporárias		

17 Imparidades de Activos financeiros

17.1 Perdas por imparidade em activos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Quantias
Dívidas a receber de clientes	488.788 €		488.788 €
Outras dívidas a receber			0 €
Instrumentos de capital próprio e outros títulos			0 €
Outras perdas por imparidade em activos financeiros			0 €
TOTAL			488.788 €

17.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Quantias
Relativos a processos de insolvência e recuperação	0,00
Reclamadas judicialmente	452.613,08
Em mora:	0,00
Há mais de seis meses e até doze meses	0,00
Há mais de doze meses e até dezoito meses	0,00
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	0,00
Há mais de vinte e quatro meses	89.983,48
Total	542.596,56

18 Benefícios dos empregados

18.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa		
Pessoas remuneradas	73	117.433
Pessoas não remuneradas	3	1.344
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário		
Pessoas a tempo completo	73	117.433
(das quais pessoas remuneradas)	73	117.433
Pessoas a tempo parcial	3	1.344
(das quais pessoas remuneradas)	0	0
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Masculino		
Feminino		
Pessoas ao serviço da empresa afectas a I&D	34	54.695
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário	0	0

18.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

Descrição	Quantias
Gastos com o pessoal	1.637.762,80
Renunerações dos órgãos sociais	54.906,55
(dos quais participações nos lucros)	0,00
Renunerações do pessoal	1.281.538,53
(dos quais participações nos lucros)	15.000,00
Benefícios pós emprego	0,00
Prémios para pensões	0,00
Outros benefícios	0,00
(dos quais planos de contribuições definidas - órgãos sociais)	0,00
(dos quais planos de contribuições definidas - outros)	0,00
Indemnizações	0,00
Encargos sobre as remunerações	232.838,76
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.111,21
Gastos de acção social	0,00
Outros gastos com o pessoal	49.367,75
(dos quais: formação)	37.855,31
(dos quais: fardamento)	371,62

18.3 Outras divulgações sobre benefícios dos empregados.

Foi contabilizada uma gratificação de balanço ao pessoal a título de participação de resultados no valor de 15.000 €, na conta gastos de pessoal em obediência ao regime do acréscimo e a ser paga até final do período seguinte.

19 Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1 Informação por actividade económica:

Descrição	Actividade CAE	Actividade CAE	Actividade CAE	TOTAL
Vendas				0 €
De mercadorias	1.417.239 €			1.417.239 €
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos				0 €
De activos biológicos				0 €
Prestações de serviços	2.458.837 €			2.458.837 €
Compras	1.112.475 €			1.112.475 €
Fornecimentos e serviços externos	1.420.264 €			1.420.264 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				0 €
Mercadorias	903.857 €			903.857 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0 €
Activos biológicos				0 €
Variação nos inventários de produção	89.940 €			89.940 €
Número médio de pessoas ao serviço	76 €			76 €
Gastos com o pessoal				0 €
Remunerações	1.336.445 €			1.336.445 €
Outros gastos	301.318 €			301.318 €
Activos fixos tangíveis				0 €
Valor líquido final	224.489 €			224.489 €
Total das aquisições	45.114 €			45.114 €
(das quais edificios e outras construções)	0 €			0 €
Adições no período de activos em curso	0 €			0 €
Propriedades de investimento				0 €
Valor líquido final				0 €
Total das aquisições				0 €
(das quais edificios e outras construções)				0 €
Adições no período de activos em curso	906.923 €			906.923 €

19.2 Informação por mercado geográfico:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	TOTAL
Vendas	448.651 €	841.344 €	127.244 €	1.417.239 €
Prestações de serviços	1.916.366 €	518.003 €	24.468 €	2.458.837 €
Compras	770.598 €	254.737 €	87.141 €	1.112.475 €
Fornecimentos e serviços externos	1.154.667 €	244.205 €	21.392 €	1.420.264 €
Aquisições de activos fixos tangíveis	45.114 €			45.114 €
Aquisições de propriedades de investimento				0 €
Aquisições de activos intangíveis				0 €
Rendimentos suplementares:	750 €			750 €
Serviços sociais				0 €
Aluguer de equipamento				0 €
Estudos projectos e assistência tecnológica				0 €
Royalties				0 €
Outros rendimentos suplementares	750 €	0 €	0 €	750 €
Por memória: vendas e prestações de serviços (valores não descontados)				0 €
Por memória: compras e FSE (valores não descontados)				0 €

19.3 Decomposição e movimento dos itens de capital próprio:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital				0,00
Por memória: accionistas c/ subscrição	800.000 €	40.000 €	40.000 €	800.000 €
Por memória: quotas não liberadas				0 €
Acções (quotas) próprias				0 €
Valor nominal	-37.143 €			-37.143 €
Descontos e prémios	-55.063 €			-55.063 €
Outros instrumentos de capital				0 €
Prémios de emissão	220.018 €	11.001 €	11.001 €	220.018 €
Reservas				0 €
Reservas legais	147.493 €		1.705 €	149.198 €
Outras reservas	20.968 €		15.343 €	36.311 €
Resultados transitados	-3 €	513.067 €	337.165 €	-175.905 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis				0 €
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				0 €
Outros excedentes				0 €
Outras variações nos capitais próprios				0 €
Subsídios	0 €	0 €	1.189.394 €	1.189.394 €
Doações				0 €
Outras variações	0 €	62.453 €	409.162 €	346.709 €
Total	1.096.272 €	626.521 €	2.003.769 €	2.473.520 €
	34094,72 RL			48.781,78
	1.130.366,38 CP			2.522.301,90

19.4 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal.

O Capital social, é representado por 800.000 acções nominativas todas com direito de voto, com excepção das acções detidas pela própria entidade conforme estipula o C.S.C.

19.5 Outras divulgações exigidas por diploma legal

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados. *(No caso de existirem acordos de regularização de dívida devem ser referidos os termos e as condições desses acordos)*
- Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artº 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2010, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o nº de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2010.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;

20 Outras informações

20.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

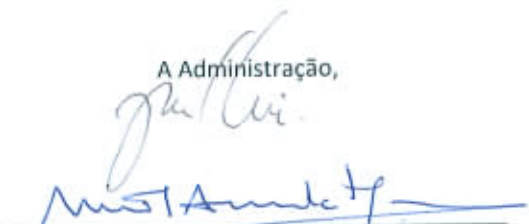
Garantias Bancárias prestadas a favor de terceiros:

DATA	MONTANTE	BENEFICIÁRIO	BANCO
25-06-2008	22.479,00	EDP GESTAO PRODUCAO ENERGIA SA	MILLENNIUM BCP
09-07-2008	6.218,00	REPSOL BUTANO, SA	MILLENNIUM BCP
17-04-2009	10.921,00	I.A.P.M.E.I.	MILLENNIUM BCP
17-04-2009	101.826,00	I A P M E I	MILLENNIUM BCP
13-07-2009	15.748,00	REPSOL BUTANO, S.A.	MILLENNIUM BCP
13-07-2009	23.390,00	EPAL, S.A.	MILLENNIUM BCP
27-08-2009	34.391,00	UNIVERSIDADE AVEIRO	MILLENNIUM BCP
09-12-2009	60.037,00	I A P M E I	MILLENNIUM BCP
29-04-2010	234.792,00	I A P M E I	MILLENNIUM BCP
29-04-2010	166.103,00	I A P M E I	MILLENNIUM BCP
18-10-2010	16.358,00	REPSOL BUTANO, S.A.	MILLENNIUM BCP
18-11-1998	4.483,00	CAMARA MUNICIPAL S.JOAO MADEIRA	MILLENNIUM BCP
22-09-1999	3.297,00	CAMARA MUNICIPAL MANTEIGAS	MILLENNIUM BCP
15-10-2010	11.104,35	ADMIN. REGIONAL DE SAUDE DO CENTRO	SANTANDER
TOTAL GB	711.147,35		

O Técnico de Contas (TOC 13013),


(José Paulo Teixeira Ribeiro Barreiros)

A Administração,


(José Basílio Portas Salgado Simões, Presidente)
(Luís Miguel de Almeida Costa Henriques, Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ISA – Intelligent Sensing Anywhere, S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 8.369.624,40 euros e um total de capital próprio de 2.522.301,90 euros, incluindo um resultado líquido de 48.781,78 euros, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

S



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ISA – Intelligent Sensing Anywhere, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, a alteração dos seus capitais próprios, e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, queremos chamar a vossa atenção para o seguinte:
- Conforme mencionado no anexo, nota 2, entraram em vigor novas regras contabilísticas em 2010. Os valores comparativos apresentados para o balanço foram reexpressos e ajustados de acordo com as novas normas, estando as diferenças existentes explicadas em detalhe na referida nota do anexo; no que se refere à demonstração de resultados, os números comparativos foram reexpressos mas não ajustados, também como referido.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 11 de Abril de 2011

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por: Isabel Gomes de Novais Paiva (ROC nº 629)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

De acordo com o disposto nos artigos 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais e no desempenho das nossas funções durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, acompanhámos regularmente a evolução dos negócios da **ISA – Intelligent Sensing Anywhere, S.A.**. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos e da respectiva documentação, procedemos às inspecções físicas necessárias de bens e valores patrimoniais, vigiámos pela observância da lei e do contrato da sociedade e tomámos conhecimento dos actos da Administração. Analisámos, também, o relatório de Gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data, compreendendo estas o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações nos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos.

A Certificação Legal das Contas faz parte integrante deste Relatório.

Como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, e com as reservas mencionadas na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório da Administração e os restantes elementos de prestação de contas, respeitantes ao exercício de 2010, bem como a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Administração pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 11 de Abril de 2011.

O Fiscal Único

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO &
ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por: Isabel Gomes de Novais Paiva
(ROC nº 629)